

1



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

## 102<sup>a</sup> Plenária Ordinária do CONAMA.

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

Brasília/DF.  
26 de Maio de 2011.

30

31

32

*(Transcrição ipisis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

2

3  
45

**46 O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Bom, vamos para  
47 esse último momento dessa reunião plenária do CONAMA, nós temos a honra de  
48 receber hoje na reunião a pessoa da nossa ministra e para que nós proporcionemos o  
49 fecho da reunião, queria agradecer aos secretários de Estado que tiveram a gentileza  
50 de renegociar o re-agendamento de seus compromissos relacionados à Copa do  
51 Mundo para esse momento aqui e nós vamos hoje basicamente, nós vamos ter a fala  
52 da ministra, depois uma breve disposição sobre a questão relacionada aos recursos  
53 hídricos. Tanto a ministra quanto eu teremos que nos ausentar após a fala dela, em  
54 função que ela vai a uma reunião do gabinete de crise, eu tenho uma viagem à África,  
55 o Dr. Volney deve me representar aqui para nós concluirmos os trabalhos. E nós  
56 vamos continuar, depois, em contato com os senhores e senhoras para discussão  
57 relacionada às reformulações do Regimento. A Adriana e o Mated vão depois conduzir  
58 os trabalhos, mas enfim, vamos para o principal momento dessa manhã que é  
59 justamente a oportunidade de um contato da ministra com os Conselheiros e  
60 Conselheiras. Muito obrigado.

61  
62

**63 A SR<sup>a</sup>. ISABELLA MONICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra de Estado do MMA)** – Bom  
64 dia a todos. Primeiramente eu gostaria de cumprimentar os Conselheiros do CONAMA  
65 e me desculpar pela ausência de ontem, mas eu estava num (...) de justiça, em uma  
66 operação de fiscalização no Mato Grosso, estou vendo aqui o secretário Maia, já  
67 chegou, muito bem, a sua procuradora está aí? Já foi embora. Muito bem. Com o  
68 governador e como os senhores sabem este mês de abril foi marcado por uma notícia  
69 absolutamente inaceitável, não só para a política ambiental no Brasil, mas para a  
70 política climática e para o processo de desenvolvimento que foi o aumento do  
71 desmatamento na Amazônia, marcado essencialmente pelo Estado do Mato Grosso.  
72 Isso aconteceu concentrado em um único mês e numa região que não é reconhecida,  
73 uma reunião de desmatamento, é importante aqui ressaltar que 62% dos municípios  
74 do Estado do Mato Grosso permanecem reduzindo o desmatamento, cumprindo a  
75 política, cumprindo o programa de ação, mas infelizmente 15% do total dos municípios  
76 resolveram não se sabe ainda as causas, as motivações, enfim, está se fazendo todo  
77 um processo, inclusive de inteligência para identificação das ações que levaram a  
78 isso, mas a grande verdade é que perde não só no meio ambiente, mas no  
79 desenvolvimento do país quando se tem um desmatamento em um mês de 407  
80 quilômetros quadrados em um único Estado, para vocês terem um ideia da ordem de  
81 grandeza disso, o Estado do Mato Grosso, me corrija Maia se eu estiver errada,  
82 chegou a ter um pico de 12 mil quilômetros quadrados de desmatamento em 2004 e  
83 chegou em 2010 com 820 quilômetros quadrados. Essa é a trajetória de redução do  
84 desmatamento ilegal no Estado do Mato Grosso e em um único mês foram  
85 desmatados 407 quilômetros quadrados ilegais, uma boa parte, e significa metade do  
86 que foi o ano inteiro de desmatamento. O mais gritante de tudo, além do que isso, que  
87 é inaceitável, inaceitável do ponto de vista de política ambiental, inaceitável do ponto  
88 de vista do desafio à lei e à ordem, inaceitável do ponto de vista da produção agrícola  
89 daquele Estado que têm produtores muito sérios, gente que é responsável de maneira  
90 expressiva para a produção sustentável de grãos nesse País, a exposição ao Brasil  
91 nacionalmente de política, da política de clima e internacionalmente os compromissos  
92 formais do Governo brasileiro de redução das emissões (...) de desmatamento ilegal.

4

93Então, ontem por determinação da senhora Presidente da República, nós iniciamos  
94um outro tipo de operação no Mato Grosso que envolve também o Exército Brasileiro.  
95Então, além do IBAMA estar lá desde o início, para os senhores terem ideia, esse  
96fenômeno de desmatamento, essa situação tão atípica de desmatamento também  
97mostra outra questão, usualmente esse pico poderia ser esperado, quer dizer, dentro  
98do comportamento de desmatamento daqui a dois meses, eles anteciparam dois  
99meses e fizeram durante as chuvas, com o uso de correntão com destoca, ou seja,  
100com práticas ilegais, inaceitáveis e ontem nós conseguimos o apoio do governador  
101para rever todos esses procedimentos e determinar medidas legais, estaduais duras  
102que impeçam que isso possa acontecer novamente. Por outro lado, nós também  
103fomos aqui no Governo Federal, eu determinei a criação do Gabinete de Crise que vai  
104ficar funcionando até final do ano e que mobiliza os órgãos federais e os secretários  
105estaduais da Amazônia. Hoje mesmo, daqui a pouco tem uma reunião em que nós  
106estamos fazendo um pente fino, na realidade, de todas as informações, de todas as  
107situações em cada Estado. É inaceitável que nós não possamos avançar nas  
108competências estaduais, no que diz respeito ao licenciamento de assentamentos  
109rurais. Para quem vai para o campo sabe o que significa a pressão ambiental, social e  
110econômica de ter um assentamento instituído e as pessoas não terem a sua atividade  
111regularizada, com isso impedindo a regularização do desmatamento e das queimadas  
112para as práticas agrícolas ou da supressão de vegetação, ou acesso ao crédito  
113público. Então essa situação tem que ser completamente modificada, isso depende do  
114esforço de todos nós, esforço deste Conselho que já disciplinou procedimentos  
115objetivos para a prática do licenciamento estadual em relação ao estradamento, o  
116esforço do Governo Federal que já fez capacitação, que já adotou de instrumento os  
117Estados mais frágeis, porque nós sabemos que existe uma diferença, existe uma  
118deficiência em torno de vários órgãos ambientais que não conseguem ter todos os  
119instrumentos disponíveis e a União tem que trabalhar em conjunto com esses Estados  
120e do papel dos Estados, numa articulação que vai além do segmento ambiental e  
121envolve segmento social e a visão econômica do desenvolvimento. A agricultura  
122familiar é responsável por 70% da produção de alimentos nesse País e é inaceitável  
123que não tenha um tratamento justo e que tire esse pessoal da situação de ilegalidade  
124e coloque todos do ponto de vista da regularização ambiental. Quero dizer aos  
125senhores que durante o processo de interlocução política para construção da solução  
126do Código Florestal, eu vou comentar um pouco mais daqui a pouco, a agricultura  
127familiar, nos seus vários segmentos, se mostrou a maior parceira do Ministério do  
128Meio Ambiente na construção de soluções que infelizmente não foram recepcionadas  
129nesse primeiro round do Código Florestal, mas eu tenho absoluta certeza que serão  
130serão recepcionados no segundo round na discussão do Senado. Quero dizer aos  
131senhores que o Ministério do Meio Ambiente teve um apoio que eu não nunca vi do  
132ponto de vista político, de interlocução em todo o País em relação ao código, a partir  
133dos movimentos sociais da agricultura familiar. Nós temos uma responsabilidade e  
134uma co-responsabilidade de trabalharmos juntos para regularizar a situação ambiental  
135desses trabalhadores brasileiros que querem proteger o meio ambiente, querem  
136mostrar que é possível produzir alimentos de maneira sustentável, respeitando o meio  
137ambiente e produzindo riqueza e geração de renda dessas populações. Isso faz parte  
138da agenda do Gabinete de Crise e nós discutimos procedimentos com os secretários  
139de estados, como é que podemos dar celeridade à regularização ambiental desses  
140assentamentos. Secretário Maia, Subsecretário Casara do Estado do Amazonas que

141tem uma região crítica onde está o desmatamento, também onde tem assentamentos,  
142secretário do Acre, há uma preocupação, secretário do Maranhão, há uma  
143preocupação de todos, de buscarmos saídas urgentes para regularização em prol  
144desses trabalhadores rurais. E aqui vai mais uma observação e um sentimento que  
145me deixou muito revoltada, a mim, a Presidente da República com a morte do nosso  
146companheiro do Estado do Pará, não é possível que o Brasil fique exposto  
147sucessivamente a crimes como dessa natureza. Quer dizer, defender o meio ambiente  
148é sinal de morte, é isso que nós estamos dizendo? É sinal de ameaça de morte? É  
149isso que o País está recepcionando? Ontem eu falei com a irmã de uma das vítimas,  
150estávamos saindo do Mato Grosso, mandei meu secretário do desenvolvimento rural,  
151Dr. Roberto para estar lá no velório, vou visitá-los, mas eu acho inaceitável que a  
152Sociedade Brasileira que quer ser a quinta economia do planeta tolere esse tipo de  
153prática ou ainda permita que esse tipo de prática aconteça. Todos os esforços estão  
154sendo feitos do Governo Federal e do Governo Estadual para apurar o crime, mais um  
155crime de violência no campo. E o que é mais inusitado, de violência no campo de  
156pessoas que estavam somente construindo a sustentabilidade e a proteção da floresta  
157e denunciando o crime ambiental. Isso é inaceitável, senhores. Este Conselho, o  
158Ministério do Meio Ambiente, o Governo, a presidente está indignada, mandou apurar  
159imediatamente com a Polícia Federal, e eu tenho certeza que nós vamos pegar os  
160criminosos, mas temos que ter práticas mais sólidas para evitar que pessoas que  
161defendem fiquem expostas a esse tipo de violência e passa pela regularização  
162ambiental desses assentamentos, passa pela dignidade da regularização ambiental.  
163Nenhum agricultor pode ser excluído a ele estar regular em relação à questão  
164ambiental. E esse foi o esforço do debate do Código Florestal. Eu tenho absoluta  
165tranquilidade e vejo aqui dois ex-ministros, Dr. Paulo Nogueira Neto e Dr. Henrique  
166Brandão que estiveram na reunião com a presidente da república comigo quando  
167tratamos do Código Florestal e tenho absoluta tranquilidade, isso posso dizer para os  
168senhores com toda firmeza, o Governo trabalhou duramente com a proposta sólida,  
169absolutamente coerente, negociada com todos os segmentos da sociedade para que  
170nós pudéssemos ter um Código Florestal que não olhasse só para o passado, ou que  
171estivesse vinculado a somente a resolver o problema do passivo de alguns  
172agricultores desse País. O Código Florestal negociado pelo Governo vai muito além  
173disso, olha também para o futuro, olha para o debate sob a perspectiva de florestas,  
174olha para o debate da questão urbana, o Código Florestal nas Cidades. Tenho certeza  
175que o processo na Câmara foi um aprendizado e nós iremos para o Senado discutir  
176essa proposta, não só o Ministério do Meio Ambiente, é o Governo e aqui eu coloco  
177uma expressão diferenciada, não é o Ministério do Meio Ambiente sozinho. O  
178Governo Federal, a liderança da Presidente da República que na reunião afirmou o  
179que afirmou para o seu ministro de Estado e que eu sei que o Dr. Paulo Nogueira já  
180reportou o que o que teve, foi a reunião com o presidente da república. O  
181compromisso está mantido, eu falei ontem com ela sobre os resultados da operação,  
182(...13.18) do seu papel e aqui vai um reconhecimento público ao secretário de meio  
183ambiente do Estado de Mato Grosso que foi de uma coragem ímpar em revelar os  
184fatos como eles são e de mostrar para o Governo Federal como podemos construir  
185soluções permanentes que evitem que uma situação como essa, vivida pelo Estado  
186de Mato Grosso que ainda tem dados expressivos de desmatamento, mas não da  
187magnitude que nós observamos em abril e que para os senhores terem uma ideia,  
188ontem nós fomos a uma área que estava sendo desmatada com correntão

189 ilegalmente, domingo, que o IBAMA pegou. Então, a orientação é de agir duro, nós  
190 vamos monitorar as áreas embargadas agora via satélite com o INPE e essas áreas  
191 embargadas serão todas... E esse monitoramento será online com a Polícia Federal  
192 para instaurar os processos criminais, não ficará mais bem apreendido no Estado.  
193 Montando toda essa transição agora teremos o apoio do Exército Brasileiro, mas já  
194 tenho autorização da presidente para mudar o processo de logística e trabalharemos  
195 de uma maneira diferenciada. Ou seja, não teremos mais os bois prendidos nas áreas  
196 em que eles ficam depositados ou que você sai com a área embargada, como eu li de  
197 relatórios do Estado do Mato Grosso e as pessoas esperam a fiscalização sair para  
198 poder plantar na área que foi embargada, isso não vai acontecer, esse é o esforço  
199 que nós estamos tendo no Gabinete de Crise junto com os Governos Estaduais para  
200 mostrar, não desmatem de maneira ilegal, procurem os programas de regularização  
201 ambiental, procurem o MT legal, procure o Programa Mais Ambiente, há mecanismos,  
202 há procedimentos estabelecidos para trazer todos para a legalidade. Não há nenhum  
203 conflito entre proteger o meio ambiente e produzir de maneira sustentável, produzir  
204 alimentos de maneira sustentável. Eu sempre disse que os três desafios desse  
205 século, segurança energética, segurança alimentar e segurança climática tem como  
206 salvaguarda, como essência na base da solução os recursos da biodiversidade dos  
207 recursos naturais e esse País tem um papel ímpar no planeta. Quem acha que vai  
208 apostar em produzir alimentos sem a oferta de recursos naturais vai experimentar o  
209 que acontece em Minas, como foi dito pelo Dr. José Carlos Carvalho, um ex-ministro  
210 de Estado, ex-secretário do meio ambiente, que há 20 anos, 25 anos atrás em  
211 determinada região tinha uma produção pecuária de 2.6 cabeças de gado por hectare,  
212 hoje tem menos de 0,6, devido a erosão e a perda dos recursos naturais. Não é  
213 possível que as pessoas não enxerguem ou se recusem a enxergar que proteger meio  
214 ambiente dá condições sociais e econômicas para que seu negócio permaneça e não  
215 o contrário, desmatar de maneira irresponsável, desmatar de maneira que você acha  
216 que você pode colocar pocilgas na beira do rio excluindo o direito de quem está  
217 abaixo do rio ter que beber água contaminada. É essa visão que se quer? Que se  
218 consolide as áreas de preservação permanente com atividades degradante que além  
219 de prejudicarem o meio ambiente, prejudicam a saúde da população brasileira? É  
220 essa a agricultura que o País quer? Claro que eu não. E não é essa agricultura que eu  
221 encontrei na maior parte do debate que eu fiz em todo País sobre o Código Florestal.  
222 Então, nós temos que juntos corrigir esse processo no Senado, eu acho que nós  
223 temos condições políticas muito favoráveis e acho importante que esse Conselho  
224 Nacional do Meio Ambiente se posicione firmemente sobre não sob repúdio, mas sob  
225 uma postura construtiva de buscar soluções para os problemas que estão sendo  
226 identificados e buscar oportunidades para aquilo que nós queremos falar em torno de  
227 política florestal, de código de biodiversidade, em torno de proteção da agricultura  
228 sustentável, agricultura de baixo carbono como já existe um plano setorial de redução  
229 de emissões definido pelo Governo Federal. Não podemos ser acusados em nenhum  
230 momento que nós não criamos as condições para a agricultura sustentável, está aí o  
231 plano setorial de agricultura de baixo carbono desde o ano passado aprovado pelo  
232 presidente da república. Os créditos estão disponíveis, o crédito público está proibido  
233 para quem realmente desmata de maneira ilegal, vamos fazer pressão no crédito  
234 privado. Não adianta banco dizer que segue os princípios do Equador de  
235 sustentabilidade e financiar a produção associada ao desmatamento ilegal nesse  
236 País. Ou vamos dizer quem são os responsáveis e não são os ambientalistas, não

237 são as pessoas, as mesmas pessoas, eu quero ressaltar aqui, nós tivemos um  
238 discurso, um debate extremamente construtivo com o Ministério da Agricultura, o  
239 Ministro Rossi foi de uma habilidade ímpar na sua negociação para construir uma  
240 posição de Governo, a posição negociada no Código Florestal não é uma posição do  
241 Ministério A, B, C, é uma posição de Governo. Então, vamos mostrar à sociedade que  
242 esse é um assunto que está aí na mídia e que mobiliza todos, não se trata de uma  
243 discussão sobre o Código Florestal de regularizar o passivo, ou somente de  
244 regularizar o passivo, isso não é um debate sobre o Código Florestal, isso é um  
245 debate sobre a regularização do uso da terra, é isso que aconteceu no Congresso.  
246 Respeito o Poder Legislativo e continuarei respeitando, mas acho que nós temos que  
247 construir no Senado um debate de maneira diferenciada e é importante que este  
248 Conselho se posicione com posturas e propostas construtivas, se mantendo à mesa  
249 de negociação. Quem tem posturas radicais sai da mesa de negociação, isso só  
250 favorece o diálogo dos conservadores que é aquilo que eu não encontrei, isso eu  
251 posso assegurar para os senhores, eu não encontrei na maioria de todos os  
252 interlocutores políticos com que eu tive oportunidade de discutir e debater O Código  
253 Florestal no Congresso Nacional, na Justiça Federal, nos movimentos sociais, no  
254 executivo, e com a igreja, com todos, com a academia, todos com quem nós  
255 estivemos no País, em todo o Brasil e mesmo com o deputado Aldo Rebelo, cujo  
256 diálogo sempre foi construtivo. Então, nós temos que ter serenidade no debate e na  
257 interlocução com o Congresso e temos que identificar sim onde é que os problemas  
258 ainda residem para que as propostas possam ser acolhidas pelo Senado Federal e  
259 que depois tem o debate na Câmara, se for o caso. Acho que o que está acontecendo  
260 hoje e aqui há um reconhecimento que o relatório que foi votado na Câmara dos  
261 Deputados antes de ontem não é o relatório que foi aprovado ano passado. Façam a  
262 comparação disso, isso também sinaliza a mudança de postura do próprio relator. Se  
263 compararmos o que aconteceu ano passado e compararmos o que foi discutido pelo  
264 Congresso agora, nós temos mudanças bastante expressivas. Do nosso ponto de  
265 vista, ainda insuficientes, temos que respeitar o debate da Câmara e temos que cair  
266 para dentro do Senado para um novo debate. Assim que se constroem políticas  
267 públicas que são recepcionadas de maneira correta, sólida e permanente pela  
268 sociedade brasileira. É um tema que acolhe posições divergentes que nós temos que  
269 construir as convergências. Este é o papel do Ministério do Meio Ambiente, do  
270 Governo Federal, da interlocução com a sociedade e deste Conselho. É essencial que  
271 nós respeitemos o legado de 40 anos de política ambiental nesse País, da construção  
272 do que significa a política ambiental nesse País e essencial, que nós tenhamos  
273 cuidado com as barreiras não tarifárias que possam ser impostas à agricultura  
274 brasileira por conta da não sustentabilidade, ou de alegação da não sustentabilidade  
275 das práticas agrícolas nesse País. Não há como entregar de bandeja para aqueles  
276 que estão esperando para criar restrições ao nosso Comércio Exterior. O Brasil tem  
277 condições e já pratica, na maior parte desse País agricultura sustentável. O Brasil tem  
278 uma responsabilidade enorme na segurança alimentar, mas o Brasil também tem uma  
279 responsabilidade enorme na proteção do meio ambiente, na conservação da  
280 biodiversidade porque nós somos o País mais importante de biodiversidade desse  
281 planeta. Então é questão de nos respeitarmos e procurarmos realmente a construção  
282 da convergência. Eu respeito o que foi debatido, respeito a decisão, tenho que  
283 respeitar como cidadã brasileira da Câmara dos Deputados, mas vou lutar até o último  
284 minuto para aperfeiçoar a decisão da Câmara e poder oferecer à Presidência da

285República, certamente à Sociedade Brasileira uma Lei que seja recepcionada pela  
286maioria dos brasileiros, por todos os brasileiros e que permita corrigir as injustiças do  
287passado, o direito intertemporal, tem uma série de coisas que devem ser respeitadas  
288e que estão nas propostas de Governo, mas que permitam olhar para o futuro, para  
289uma produção sustentável de alimentos e para a proteção da biodiversidade. É  
290inaceitável que o Brasil tenha uma lei que traga retrocessos ou que tenha  
291desequilíbrio entre a política agrícola e a política ambiental. Regularizar, reconhecer  
292as diferenças no tempo, reconhecer culturas que são perenes e que não levam à  
293situação de degradação ambiental, reconhecer áreas que devem ser retiradas de  
294produção por causa do risco que está oferecido, vejam, o Ministério do Meio Ambiente  
295divulgou, está disponível para todos os relatórios sobre o Estado do Rio de Janeiro,  
296cadê o Firmino? Sobre o que aconteceu na Serra de Petrópolis e Teresópolis e  
297Friburgo, 90% dos casos estão em APP, a produção agrícola em beira de rio foi toda  
298destruída, fotografia, levantamento de campo, publicado. Então, nós não estamos  
299dizendo que não tenha produção A, B, C, nós estamos dizendo apenas o seguinte,  
300tem a produção de alimentos com responsabilidade, sustentabilidade ambiental. É  
301isso que nós estamos dizendo, em nenhum momento nós estamos dizendo que a  
302política ambiental é para inviabilizar a produção agrícola desse País, em nenhum  
303momento. O Estado do Mato Grosso mostrou que tem propriedades que produzem  
304com licença ambiental, devidamente, com todos os requisitos aplicados, com  
305sustentabilidade e é responsável nessa mesma região pelos maiores índices de  
306exportação de soja desse País, mas o Estado do Mato Grosso também mostrou o  
307Governo do Estado do mato Grosso propriedades licenciadas em que o fazendeiro foi  
308lá e autorizou o desmatamento ilegal e que vai perder a licença, vai perder os  
309benefícios do MT Legal, vai perder os benefícios do Mais Ambiente e vai tirar um  
310produtor, uma produção brasileira da exportação ou da produção de alimentos em  
311nível nacional. Isso é intolerável, isso é inaceitável, o Brasil não precisa disso, e é a  
312decisão do Governador do Estado, como é decisão do Governador do Estado  
313encaminhar ao Banco Central, além do Ministério do Meio Ambiente todas as  
314propriedades que estão ilegais e quem financiou quem, para que o Banco Central  
315tome providências em relação aos bancos que estão financiando a prática ilegal, não  
316sou eu que estou fazendo, é o Governador do Estado do Mato Grosso e está correto  
317em fazê-lo, nós temos que cumprir a Lei e proteger aqueles que produzem de maneira  
318sustentável e dentro da Lei, que é a grande maioria desse País. Não há diferenças,  
319entendam isso, não há diferenças em quem quer proteger meio ambiente e quem quer  
320produzir alimentos de maneira sustentável, há convergências e é isso, é falso o  
321debate sobre quem quer colocar para os extremos, ambientalistas radicais, ruralistas  
322radicais, aliás, eu não gosto dos termos, não gosto desse tipo de identificação, isso já  
323exclui por definição e este Conselho ao longo da sua história tem mostrado que é  
324possível sim construir soluções que levem ao desenvolvimento e mantenham a  
325qualidade ambiental no nosso País. Este é papel do CONAMA, este é papel deste  
326Conselho que precisa discutir novas normas de qualidade do ar, o Programa Nacional  
327de Qualidade do Ar é de 1990, Paulo Macedo não tinha nem cabelos brancos.  
328Queremos discutir uma convergência de política climática com qualidade de vida nas  
329cidades e com as questões de emissões veiculares, combustíveis, tecnologia, cadê a  
330discussão sobre qualidade do ar? É este Conselho que tem essa responsabilidade,  
331todos nós temos responsabilidade de propor novos padrões, todos nós temos  
332responsabilidade de avançarmos em novos padrões em relação à questão de

333licenciamento ambiental, em relação à questão de qualidade ambiental, em relação à  
334práticas competitivos, em relação à sustentabilidade empresarial ou nós temos que  
335ficar esperando que lá de fora alguém diga que vai funcionar desse jeito o selo para o  
336Brasil? Discutam aqui, proponham aqui, formulem a partir do conhecimento que nós  
337temos para poder influenciar as políticas públicas. É isso que o Brasil espera, é isso  
338que o Governo Brasileiro espera e é isso que eu desejo que nós possamos oferecer à  
339Sociedade Brasileira. Em 84 quando esse Conselho começou, eu era tão jovem e eu  
340me lembro das agendas da Maria do Carmo, Albuquerque, Dr. Paulo e etc., Dr.  
341Henrique, todo mundo, me lembro disso, quais eram os temas entre a questão da  
342biodiversidade e a questão da qualidade ambiental, a qualidade ambiental na  
343indústria, como é que vamos trabalhar essas questões do ponto de vista ambiental. O  
344Brasil será a quinta economia do mundo brevemente, já é a sétima, todo País  
345emergente cresce economicamente por definição, senão não é um País emergente, o  
346que nós queremos é um crescimento com qualidade e isto passa pelo debate deste  
347Conselho. Portanto, eu não aceito qualquer argumento que este Conselho que este  
348Conselho esteja fragilizado, enfraquecido, ao contrário, a robustez do Conselho é  
349dada por nós, vamos colocar uma agenda que esteja à altura das propostas de  
350desenvolvimento do País e que nós possamos influenciar de fato o debate sobre  
351sustentabilidade e desenvolvimento. Ano que vem é uma oportunidade ímpar por  
352causa da Rio+20 e não é a conferência somente é o pós Rio+20. Onde está, qual é a  
353agenda de modernização de normas, padrões ambientais que nós temos que colocar  
354para fazer frente, a regionalização é a diferença de desenvolvimento desse País? Não  
355é possível que a discussão sobre licenciamento ambiental ainda esteja modelada por  
356uma Resolução de 1986, isto é inaceitável senhores. É desconhecer a realidade no  
357País e desconhecer a realidade de formulação do licenciamento ambiental à época,  
358cuja preocupação maior era o setor industrial. Hoje, na expressão ampla de  
359licenciamento ambiental eu vou dos agrotóxicos às autorizações, tudo que nós temos,  
360até a questão de petróleo, questão de combustível, é uma coisa monumental e nós  
361estamos discutindo e balizando as discussões, a decisão judicial nesse País numa  
362Resolução de 86 que arbitra estudo de impacto ambiental para hidroelétrica de 10  
363mega watts, que quer falar de linha de transmissão com 230 HV, tensão não é critério  
364de impacto. Esse Conselho tem que se movimentar pelo menos para o debate e  
365depois não venham me dizer como é que eu posso manter uma matriz energética  
366limpa nesse País, esse é um dos maiores desafios que esse País tem, cadê as regras  
367ambientais para possibilitar isso? Querem que eu discuta que nós possamos discutir  
368com base na década de 80? Nós estamos em 2011. Esta é a robustez CONAMA,  
369propor uma agenda sólida e vamos para o debate, para a interlocução abrir esta casa,  
370abrir este Conselho para a interlocução com todos os setores de desenvolvimento e  
371com os setores sociais. Estou vendo aqui uma querida amiga do Movimento da  
372Agricultura Familiar, do movimento dos agricultores familiares, vocês não têm idéia da  
373riqueza que é a pauta desses movimentos. Não simplifiquem na Marcha das  
374Mulheres, na Marcha das Margaridas que é fascinante o debate. Vocês sabem o que  
375eu estou discutindo hoje enquanto Ministra de Estado? Como é que eu traduzo o valor  
376da sustentabilidade ambiental, ou da sustentabilidade do desenvolvimento para as  
377mulheres no campo e para as mulheres da nova classe média brasileira que definem  
378o consumo de 60 milhões de novos brasileiros que têm acesso a renda e acesso a  
379bens de consumo. Não vejo essa discussão passar pelo Conselho em nada, o Brasil é  
380outro, senhores, e a pauta de meio ambiente no mundo é outra, nós temos que

381 discutir o que significa a economia verde para o Brasil, não é o relatório, único  
382 relatório do PNUMA e para isso tem que chamar os setores para desenvolver e tem  
383 capacidade de interlocução com os setores econômicos e de infraestrutura nesse  
384 País, e com o setor empresarial. Em 20 anos, de 92 para cá, a gestão ambiental  
385 privada evoluiu tremendamente ou corporativa, eu chamo os empresários para fazer  
386 uma iniciativa de líderes empresariais sobre sustentabilidade e os principais desse  
387 país se sentam e topam fazer e eu recebo uma carta para questionar das ONGs que  
388 eu estou fazendo na reunião sem eles para Rio+20, é sobre sustentabilidade  
389 empresarial, não é sobre Rio+20. Um dos temas que eles... Os COs, 55% do PIB  
390 brasileiro mencionaram, “vamos discutir Rio+20, mas é sustentabilidade empresarial,  
391 competitividade, gestão estratégica, ocupação de espaços econômicos e sociais com  
392 a indústria brasileira, com a questão ambiental sendo determinante para isso, parem  
393 de simplificar o debate político, é um pedido que eu faço. A questão ambiental não é  
394 mais uma questão marginal ou secundária, ela condiciona desenvolvimento,  
395 condiciona competitividade. A interlocução tem que ser ampla. Vamos ver o que está  
396 acontecendo com a construção civil nesse país, veja os fóruns que estão debatendo  
397 sobre Green Building ou construção verde, vejam como as pessoas estão trabalhando  
398 os compromissos voluntários sobre mudanças climáticas, participem dos fóruns  
399 internacionais e vejam se esta discussão está dentro do CONAMA. Então, o desafio é  
400 sairmos do que o Alexânia está vivendo com a Secretária Nádia do Amazonas e com  
401 a Secretária do Pará, com os problemas de desmatamento e virar essa agenda para o  
402 desmatamento regular, autorizado ser parte de uma construção sustentável desse  
403 país, de uma economia regional, de uma economia nacional que gere renda, traga  
404 inclusão social e que dê ao CONAMA a visibilidade, a responsabilidade e a  
405 importância que esse Conselho tem. Cansei de ouvir críticas desse Conselho, desde  
406 que eu assumi o Ministério tenho um trabalho duro de dar robustez a esse Conselho,  
407 quando aqui cheguei em 2008 a reunião... Cadê o Volney? A reunião que estava aqui,  
408 eu me lembro que abri a reunião com o Ministro do MinC, saí e deixei o Volney, o  
409 Volney me ligou desesperado, “ministra, saiu todo mundo do plenário”. A pauta do  
410 CONAMA... Ministro não, secretário executivo, a pauta do CONAMA era só moção,  
411 então, senhores, quem dá a nossa pequenez como nós mesmos e eu não discuto  
412 isso, eu dou a nossa grandiosidade, nossa magnitude, a importância desse Conselho  
413 para o desenvolvimento sustentável desse País. Para isso depende de nós, só nós.  
414 Afastem as pequenas coisas, isso não interessa, esse Conselho não discute  
415 pequenez, o tamanho desse Conselho, a história desse Conselho é o tamanho e a  
416 história da política ambiental do País, mais importante do planeta sobre meio  
417 ambiente. É este o tamanho do nosso trabalho e assim que nós somos vistos, e assim  
418 que nós vamos trabalhar duramente nos próximos quatro anos para mostrar para o  
419 Brasil e para o mundo a responsabilidade que nós temos para sustentabilidade do  
420 desenvolvimento do País e para sustentabilidade do desenvolvimento do planeta.  
421 Portanto, é por isso que eu defendo mudança de Regimento, defendo a mudança de  
422 dinâmica de Câmaras, defendo a mudança da dinâmica de interlocução com a  
423 sociedade, não é crescendo o número de representantes, não adianta colocar 200  
424 pessoas aqui que se batem, tem que ter capacidade de negociar, ter interlocução  
425 além dos muros da área ambiental. E para construir de maneira crítica, positiva ou  
426 negativa, nós temos que conhecer o outro lado. Então, não adianta criticar a área de  
427 energia, sem conhecer a área de energia, não adianta criticar portos, sem conhecer a  
428 questão de portos e os desafios do Brasil em relação a portos, aqui e no mundo, não

429adianta querer sobre resíduos sólidos sem conhecer os problemas associados à  
430implementação da política de resíduos sólidos, não faz sentido ter uma Política  
431Nacional de Resíduos Sólidos e Políticas Estaduais que coloquem em cheque a  
432contradição e expõe quem? O setor produtivo, por exemplo, na logística reversa que  
433precisa desenvolver planos sólidos e fiquem expostos assim à contradição. Isto é  
434inaceitável, isso não é política ambiental brasileira, isso não é a política ambiental que  
435a presidente Dilma quer e nós temos chances senhores, de fazer uma política  
436inovadora do tamanho do que o País é hoje, como inovador no mundo, como a sua  
437responsabilidade de economia emergente e desenvolvimento sustentável. Está em  
438nossas mãos, proponham, façam o debate, encaminhem as interlocuções. Não  
439adianta discutir setor de transportes só para a Patrícia, mas peça à Patrícia para abrir  
440as portas da CNT e entender quais são os desafios desse País. Vocês não sabem o  
441que o setor de logística faz hoje em termos de competitividade, por exemplo, em  
442embalagens. Vocês não sabem quais são os custos envolvidos que se financiam hoje  
443em torno redução de desperdício e não tem uma norma que recepcione e que dê  
444vantagens para quem cumpre a lei que faz isso com critério de competitividade. Nós  
445só temos normas para punir. Eu não entendo isso. Então, está na hora da área  
446ambiental mostrar seu valor, não é assim que falam os Novos Baianos? E nós vamos  
447mostrar o nosso valor. Nós todos iremos mostrar e isso começa ou recomeça a partir  
448do CONAMA. É este o Fórum, este o Conselho que legitima toda e qualquer  
449interlocução e que pode expor as divergências, mas principalmente vai expor as  
450convergências e a construção de um pensamento convergente sobre a questão da  
451sustentabilidade e desenvolvimento desse País. O País está crescendo, o País tem  
452inclusão social, o País vai avançar duramente na questão erradicação da pobreza,  
453têm medidas inovadoras em relação à questão ambiental, só que isso tem que estar  
454traduzido nas políticas ambientais. E passa por aqui, senhores. Então, com isso eu  
455peço e reitero o meu compromisso e peço o engajamento de todos os Conselheiros  
456para uma pauta contemporânea, moderna, inovadora da política ambiental brasileira,  
457do tamanho do desafio, do tamanho desse País para a nossa sociedade e para o  
458Brasil, para as mãos de todos nós termos um novo Conselho, uma nova fase do  
459Conselho. O Conselho tem o mesmo espírito, o mesmo som da sua criação. Aliás,  
460ouvimos essa expressão, Dr. Paulo e Dr. Henrique da presidente, quem é de Minas  
461tem um som dentro de si, ela falou isso, José Carlos. Esse Conselho tem um som.  
462Agora, eu não quero repetir, mas acho que a frase do José Carlos de Carvalho é  
463maravilhosa, todo dia é dia de véspera, como Guimarães Rosa dizia. Então hoje é o  
464dia de véspera do CONAMA, vamos transformar e começou então a agenda, se os  
465senhores concordarem que nós temos uma nova fase do CONAMA com robustez,  
466com inteligência, com visão moderna, contemporânea, do tamanho do Brasil,  
467discutindo questão ambiental, não olhando para passado, com mágoas e etc., mas  
468discutindo a questão ambiental na inserção do desenvolvimento sustentável, do  
469tamanho dos desafios que nós temos da Rio+20 e pós-Rio+20. A conferência não é  
470só o momento da reunião, a conferência vão ser os próximos 30 anos e nós somos  
471atores estratégicos para discutir isso de maneira diferenciada e os Estados, como o  
472Governo Federal, como a sociedade e o setor produtivo devem estar engajados nessa  
473agenda, proponham, abram os fóruns e eu terei o maior prazer de participar, debater e  
474induzir. Peço aos senhores que construam essa nova fase do CONAMA e não fiquem  
475prisioneiros da pequenez da política residual, a política ambiental não é residual, a  
476política ambiental é estruturante do desenvolvimento, estruturante da qualidade de

477vida, estruturante da qualidade ambiental e é fator essencial de cidadania desse País  
478e do planeta. Então, boa sorte a todos, eu não vou poder ficar para os senhores  
479durante essa reunião, eu vou para a reunião do Gabinete De Crise e daqui a pouco eu  
480sigo para Europa para um evento da Rio+20, exatamente com o setor de bancos,  
481trazendo para o País um novo debate sobre a questão da sustentabilidade. Espero  
482que o CONAMA possa recepcionar e tenha o protagonismo político, institucional e  
483técnico de uma nova agenda que nos levará até Rio+20 e pós-Rio+20. Aguardo as  
484provocações sustentáveis. Muito obrigado a todos.

485

486

487(*Palmas!*)

488

489

490 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo do MMA)** – Bom, pessoal,  
491acho que ninguém melhor que a Ministra que de certa forma tão histórica em relação  
492à área ambiental com o Dr. Paulo Nogueira aqui, gerações diferentes, mas parte de  
493um mesmo sonho, de uma mesma trajetória, de uma mesma construção coletiva para  
494dar o recado que nós achamos importante nós termos em mente nesse momento. O  
495CONAMA tem um potencial de uma agenda positiva extraordinária, potencial que  
496praticamente não começou a ser explorado na sua plenitude ainda. O mercado que  
497nós queríamos deixar no encerramento dessa reunião é essa mensagem. Então, nós  
498vamos retomar os trabalhos, do ponto de vista da agenda posta, a única coisa que  
499está prevista é a apresentação da Ana, mas podem surgir novos elementos para a  
500nossa discussão, para o nosso trabalho aqui ainda na parte da manhã. A exemplo da  
501ministra, eu vou ter hoje que também cumprir um outro papel do Ministério, vou ter  
502que ir a uma reunião envolvendo a China, Índia e a África do Sul e tenho que  
503embarcar daqui a pouco. Doutor Volney, a exemplo da reunião que a ministra  
504mencionou, vai assumir aqui minha posição na condução dos trabalhos. Queria  
505apenas deixar claro o seguinte, da parte do Ministério nós estamos organizando para  
506trabalharmos com o CONAMA de uma forma muito mais intensa, muito mais ativa,  
507muito mais plena, o que significa procurar revitalizar a pauta e trazer assuntos de  
508conteúdo mais substantivos. Isso está exigindo do Ministério um reposicionamento,  
509uma revisão da forma como nós trabalhamos aqui no CONAMA, porque ele pode  
510muito mais, o CONAMA pode muito mais do que tem sido e para que isso aconteça  
511nós precisamos simplificar os nossos procedimentos, funcionarmos de forma a  
512favorecer a participação, mas a qualidade das nossas discussões aqui também.  
513Então, eu queria passar a condução dos trabalhos para o Volney, agradecer a todos,  
514essa é uma reunião que estou saindo triste porque a reunião não acabou e tem sido  
515uma extraordinária desde os eventos de ontem de manhã, ontem a tarde e agora,  
516bom trabalho para todos. Muito obrigado. Volney.

517

518

519 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Bom, bom dia a todos senhoras e  
520senhores Conselheiros. Nós sabemos que logo em seguida nós vamos ter,  
521principalmente Secretários de Estado saindo porque vão ter uma outra reunião  
522relacionada à FIFA. Então, vamos ver se nós conseguimos rapidamente aqui nos  
523organizar, tem uma questão que ontem o Dr. secretário Lustosa apresentou aqui  
524sobre a possibilidade do CONAMA se posicionar em relação a essa questão do

23

525Código Florestal e no caso representando a própria ABEMA, e nesse caso, a ideia  
526seria que o Dr. Lustosa apresentasse essa proposição que foi preparada entre o dia  
527de ontem e hoje, ver se temos uma condição de tirar uma condição do CONAMA que  
528seria muito importante nesse momento e temos nós ainda, ficou um ponto de pauta de  
529ontem que é o informe sobre vazão remanescente da Agência Nacional de Águas que  
530nós, ao final faria a apresentação. Eu passo a palavra o Dr. Lustosa.

531

532

**5330 SR. PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA (Governo do Estado do**  
**534Ceará)** – Senhor Presidente, senhores e senhoras desse Conselho, dando até  
535responsável pela provocação feita ontem na reunião, na nossa primeira parte dessa  
536reunião e depois de ouvir os colegas da ABEMA, maior parte dos colegas da ABEMA,  
537nosso presidente da ABEMA, nós tivemos ontem no Congresso Nacional, tanto na  
538Câmara como no Senado, conversamos com, especificamente com a liderança do  
539PMDB que foi o partido que aprovou a mais polêmica das medidas, a emenda 164,  
540ouvi do líder do partido a disposição de manter a negociação, desde como disse a  
541ministra, sempre muito bem nas palavras dela, que o Conselho viesse também  
542disposto a negociar, que houvesse uma vontade mútua de conversar e de chegar a  
543um acordo e considerando que agora o Projeto de Lei do Código Florestal vai ao  
544Senado, que é a casa em que os Estados estão representados, considerando que a  
545ABEMA é a associação que reúne as entidades estaduais de gestores, as entidades  
546de gestores estaduais de meio ambiente, consequentemente tem essa competência  
547designada, nós propusemos ao presidente, conversamos com alguns colegas e  
548estamos trazendo para os demais membros do Conselho uma proposição de  
549Resolução que eu queria chamar atenção que não estabelece condições, não  
550estabelece cláusulas imutáveis, ainda que eu particularmente tenha algumas crenças  
551que eu acho que nós não deveríamos abrir mão, mas convida e pede ao Senado a  
552reabertura da discussão de alguns pontos que nós consideramos controversos e  
553polêmicos. Então, não estamos aqui dizendo como tem que ser o texto, então não é  
554uma Resolução que diz qual vai ser ou se vai haver um novo texto, mas uma proposta  
555de Resolução que aponta alguns aspectos do Projeto de Lei aprovado que nós  
556achamos que os senhores e senhoras senadores devem olhar com um pouco mais de  
557atenção. Ao mesmo tempo, que coloca o Conselho, uma proposição desculpe, ainda  
558estou aprendendo aqui o regimento, desculpa, se fosse uma Resolução eles teriam  
559que seguir o que nós estamos falando, estou apanhando ainda no Regimento. Mas  
560uma proposição de que se discutam esses aspectos, não traz texto acabado, mas  
561apontam tópicos do Projeto de Lei aprovado que o CONAMA ou que muitos de nós  
562entendemos ainda mereça um olhar mais atento dos senhores e senhoras Senadores.  
563A proposição então propõe ao Senado Federal que examine com base técnica e  
564científica e em debate público, aspectos controversos da proposta do Código Florestal  
565aprovado na Câmara dos Deputados em 24 de maio de 2011. Diz o texto: proposição,  
566O Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, no uso das competências que lhe  
567são conferidas pela Lei 6938 de 31 de agosto de 1931 regulamentada pelo Decreto  
56899274 de 06 de junho de 1990 tendo em vista o disposto no Art. 10º, inciso II do seu  
569Regimento Interno, anexo à Portaria MMA 10168 de 10 de junho de 2005,  
570considerando a votação na Câmara dos Deputados realizada no dia 24 de maio de  
5712011 que aprovou o relatório do deputado Aldo Rebelo referente ao Código Florestal  
572com ameaças à Política de Conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais  
573aos compromissos internacionais do Brasil de redução da emissão dos gases de  
574efeito estufa e até mesmo, em relação à inserção dos produtos brasileiros no mercado  
575internacional ante o risco de barreiras não tarifárias, considerando a função histórica e  
576internacionalmente reconhecida do Código Florestal brasileiro, atualizado pela Medida  
577Provisória 2166 quanto ao desenvolvimento sustentável à conservação ambiental e a  
578qualidade de vida em espaços rurais e urbanos. Considerando o expressivo interesse  
579da sociedade brasileira nos diferentes segmentos de agricultores familiares e seus  
580movimentos sociais, a comunidade científica revelado durante meses de debate na

581Câmara. Considerando a moção 108 de 2010 aprovada pelo CONAMA que manifesta  
582a defesa da política nacional de meio ambiente do Código Florestal e repudia o risco  
583de retrocesso à legislação. Considerando a função republicana do Senado Federal na  
584representação equitativa das unidades da federação no Brasil e na promoção de  
585debate qualificado sobre matéria de relevante interesse nacional. E considerando que  
586a constituição do interesse público pressupõe um bom diálogo entre instituições da  
587democracia representativa como legislativo e da democracia participativa como os  
588Conselhos de Políticas Públicas propõe que o Senado Federal além da tramitação  
589regimental realize um processo de debate público sobre o Código Florestal aprovado  
590na Câmara dos Deputados para o qual este Conselho se dispõe a colaborar  
591examinando e apoiando com base em subsídios técnicos científicos à discussão dos  
592dispositivos controversos não prejudiciais à política ambiental e ao desenvolvimento  
593sustentável do país, em especial à emenda nº. 164 no que suprime a competência do  
594CONAMA de estabelecer os casos de utilidade pública e interesse social e baixo  
595impacto em áreas de proteção permanente. Faço um parêntese aqui, a ABEMA  
596defende e continuará defendendo a ampliação da competência dos Estados para  
597legislar sobre as suas especificidades e as suas particularidades. Entretanto, nunca foi  
598pauta da Associação suprimir competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente.  
599Nós entendemos que vivemos uma Federação, achamos que a construção de  
600algumas Resoluções, especialmente aquelas que impactam mais diretamente os  
601Estados precisam de uma nova lógica construída no modelo federativo clássico, de  
602baixo para cima, a partir das particularidades do Estado, mas não defendemos nem  
603apoiamos suprimir competência deste Conselho Nacional. B) A caracterização com  
604área rural consolidada passivo de legalização, planos de desmatamentos ilegais  
605ocorreram até 2008 desde que sejam cadastradas as propriedades ao Cadastro  
606Ambiental Rural, CAR. C) A permissão para que imóveis para até quatro modos  
607fiscais não precisem recuperar Reserva Legal, art. 3º parágrafo 7º, o que pode  
608promover uma isenção generalizada para averbação. D) O incentivo a novos  
609desmatamentos quando permite que a irregularidade em áreas de Reserva Legal  
610possa ser compensada em outra região ou recuperada em 20 anos, com uso de  
611espécies exóticas em até 50% da área. E) A redução na proteção da APP diminuindo  
612pela metade a área a ser recomposta em rios de até 10 metros, art. 35, permitindo a  
613pecuária em topos de morro e área de uso restrito, entre 25 a 45 graus de declividade,  
614Arts. 10 e 12 e retirando a proteção a manguezais e veredas. F) O estímulo ao  
615desmatamento quando permite regularização mediante recomposição com espécies  
616exóticas que sejam compensadas por vegetação em outros Estados no mesmo bioma  
617ou que possam ser beneficiados com redução da Reserva Legal da Amazônia Legal  
618para regularização, art. 14, inciso I A liberação dos órgãos ambientais do embargo a  
619novos desmatamentos ilegais permitindo acesso de novos desmatadores ilegais a  
620créditos públicos, art. 58. A retirada no texto da Casa Civil na limitação do benefício da  
621anistia para imóveis com até quatro módulos fiscais, registrado até julho de 2008 o  
622que restringiu o desmembramento dos imóveis para acesso à anistia da Reserva  
623Legal. A supressão do dispositivo que impede o acesso ao crédito rural aos  
624proprietários de imóveis com áreas desmatadas e embargadas. A possibilidade de  
625adiamento constante da anistia por Decreto como prevê o Art. 33 no seu parágrafo 2º.  
626A permissão de que áreas com vegetação nativas e encostas, beiras de rio e topo de  
627morro sejam derrubados a título de *pousio*, art. 3º, inciso III e abertura para  
628judicialização infundável sobre a necessidade de recuperação da Reserva Legal

629previstos no art. 40. Todos esses temas volto a dizer, a ABEMA não tem questão  
630fechada sobre qual seria o melhor texto e acho que nem o Conselho deveria sair  
631daqui com uma posição fechada sobre o texto a ser aprovado, mas são pontos que  
632nós acreditamos que o Senado Federal mereça olhar com uma atenção mais  
633aprofundada. Finalizo as minhas palavras dizendo que de todas as questões aqui  
634postas a que talvez mais me preocupa seja a instituição de uma anistia ampla, geral e  
635irrestrita. Menos talvez sobre pelo impacto sobre o meio ambiente, mais pela  
636mensagem que nós mandamos para a sociedade, toda vez que anistiamos os que  
637erraram, os que não cumpriram a lei, nós estamos punindo os cidadãos e as cidadãs  
638de bem que agiram em conformidade com a norma. Aqueles que foram... Lá na frente  
639vão ser chamados dos bestas, dos abestados como dizemos lá no Ceará que se  
640submeteram a lei porque deviam saber que um dia alguém ia perdoá-los dos pecados.  
641O Estado brasileiro não pode recuperar uma tradição que vigia no nosso país até  
642pouco tempo atrás, o estatuto da anistia, mais do que ofender o meio ambiente, na  
643minha visão ofende todos os cidadãos de bem que durante esses anos cumpriu a Lei  
644custo de sacrifício, deixando de ganhar dinheiro, perdendo oportunidades para  
645respeitar o que o Estado e a Sociedade Brasileira queriam. Anistiar é taxar todos  
646esses cidadãos de imbecis. Muito obrigado.

647

648

649(*Palmas!*)

650

651

652**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Obrigado Dr. Lustosa. Tem duas  
653questões que eu queria apresentar para orientar a plenária. Primeiro aspecto é assim,  
654nos termos do art. 14 do nosso Regimento Interno, nós podemos requerer o regime de  
655urgência na apreciação pelo Plenário de qualquer matéria não constante na pauta. No  
656parágrafo 3º diz o seguinte, nas reuniões ordinárias em casos excepcionais, assim  
657que reconhecidos pelo Plenário e que se comprove o caráter relevante do tema e  
658necessidade de manifestação urgente do Conselho, poderá ser requerida análise e da  
659matéria e sugeridas ao presidente as ações pertinentes. Então, nós temos uma  
660questão preliminar aqui que é justamente a Plenária se manifestar no sentido de  
661definir, se manifestar através de uma proposição, que é esse o termo, não é de uma  
662Resolução, é de uma proposição e a partir do momento que a Plenária delibera sobre  
663essa urgência e essa necessidade de se pronunciar, aí nós podemos abrir uma  
664discussão em relação ao aprimoramento do texto. Então, eu gostaria de, em função  
665dessa manifestação que nós tivemos, não só do Conselheiro Lustosa, mas também  
666houveram mais algumas observações sobre essa questão, se nós, se há  
667concordância da Plenária no sentido de que aceitemos, acatemos essa visão de  
668urgência e nos manifestemos através de uma proposição em relação a essa temática,  
669a partir daí, a plenária acatando essa necessidade, entendendo sobre essa urgência,  
670nós podemos aí tratar da questão do texto. Alguma manifestação, algum  
671esclarecimento? Então, eu consulto a Plenária, aqueles que entendem que, a acatam,  
672vamos dizer assim, a necessidade da Plenária do CONAMA se pronunciar por  
673intermédio de uma proposição em relação a essa questão do Código Florestal, por  
674favor, permaneçam como estão. Se a Plenária entende que é relevante e urgente,  
675como nos termos do art. 14, o CONAMA, a Plenária do CONAMA se manifestar em

676relação ao Código Florestal, eu peço que permaneçam como estão. Patrícia, por  
677favor. Conselheira Patrícia

678

679

**680A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Eu acho que a condução da  
681proposta confundiu um pouco, quer dizer, uma coisa é perguntar se nós achamos que  
682o CONAMA deva se manifestar sobre o Código Florestal. Acho que não tenha dúvida  
683nenhuma sobre isso, quer dizer, tem um tema pertinente no Congresso, um tema que  
684diz respeito ao CONAMA, por óbvio o CONAMA, depois de tanta discussão aqui sobre  
685pauta grande, pauta pequena, nós tínhamos que manifestar. Agora, quando se  
686apresentou o texto fica parecendo que o texto está posto e só pode ser aperfeiçoado,  
687não pode ser outro texto. Aí eu só queria dizer que o texto posto é grande demais  
688para que nós possamos discutir em tão pouco tempo, tendo acesso a ele em tão  
689pouco tempo e segundo, o texto tem juízo de valor. Quando foi dito aqui que o texto  
690era simplesmente para poder abrir o debate sobre pontos polêmicos, a minha  
691percepção era de que nós iríamos simplesmente listar os pontos polêmicos. A  
692emenda 164, mas de todos os pontos tem comentários, nos consideramos diz que  
693tem retrocesso, está desconsiderando aqueles que têm opinião de que não há  
694retrocesso. Então, eu fiquei realmente muito confusa com relação ao que foi posto.  
695Quer dizer, eu sou a favor de que o CONAMA deva se manifestar a respeito disso,  
696achei a proposta de se colocar em discussão, pedir para o Senado para abrir esse  
697debate, inclusive colocando essa casa como propulsora desse debate, achei  
698excelente, mas não posso concordar com o texto que tem juízo de valor, mesmo que  
699eu concorde com muita coisa que está ali valorada, mas acho que não pode ter esse  
700juízo de valor. Então, eu proporia uma simplificação muito grande do texto,  
701considerando que essa casa é o cenário melhor para essa discussão, essa casa se  
702coloca à disposição do Senado para promover um debate e aí sim encaminhar algo  
703mais redondo, mas pedir ao Senado simplesmente tempo para que nós possamos  
704fazer essa discussão e encaminhar e não um texto como o que está posto, porque aí  
705confundiu as coisas.

706

707

**708O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Na realidade, o que eu estou tentando é  
709fazer um encaminhamento regimental, porque não estava na pauta e nós estamos  
710trazendo, nós estamos trazendo essa questão para a pauta e nós podemos até fazer  
711uma preliminar no sentido de rapidamente fazer um ajuste de texto, se acham  
712necessário, até para, vamos dizer assim, acertar já, nós já colocamos em pauta e já  
713aprovamos o texto logo em seguida, a intenção fundamental que se tem é impossível,  
714no momento desse o CONAMA não se posiciona, não apresenta, é essa a nossa  
715intenção. Nossa intenção não é, vamos dizer assim, propor soluções em relação ao  
716texto que foi aprovado na Câmara. Eu acho que nós poderíamos fazer uma breve  
717interrupção, tentar um acordo, pediria aos setores, um representante de cada setor  
718para nós fazermos um ajuste, deixar o texto mais enxuto, que é muito difícil  
719celeremente aprovar um texto com a complexidade que foi apresentada e a partir daí  
720nós já colocamos em pauta e já aprovamos deixando uma posição do CONAMA.  
721Podemos fazer assim? Então, peço cinco minutos, peço assim, um representante de  
722cada setor que se organize junto com o Dr. Nilo. Dr. Nilo, peço, por favor, para o  
723senhor coordenar esse ajuste de redação, temos representantes ali da agricultura,

33

724ABEMA, Governo Federal, ANAMMA e façam esse ajuste. ANAMMA, Dr.  
725Vasconcelos, deputado que tem toda a sua experiência, que pode nos ajudar dentro  
726desse processo e enquanto se faz esse ajuste, eu consulto a Ana, se a Ana gostaria  
727de fazer a apresentação já do informe. Por favor, Dr. Roberto Lorena.

728

729

730**O SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – Bom dia, senhores. A  
731nossa proposta é que sim, façamos essa proposição, porém, sem julgar  
732antecipadamente, apenas relatando os itens que nos interessam ser discutidos com o  
733Senado.

734

735

736*(Intervalo para construção de consenso)*

737

738

739**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, senhoras e senhores Conselheiros  
740vamos retomar então a nossa reunião. Fui informado que a Comissão de redação  
741chegou já a um texto acordado. Então a nossa idéia será apresentar o texto. O Dr.  
742Lustosa teve que se retirar acho que o Dr. Helio é que vai fazer a apresentação desse  
743texto. Então nós vamos fazer uma apresentação do texto e aí vemos, vamos abrir  
744para observações, comentários e depois, havendo o acordo, nós votamos. Dr. Helio,  
745por favor.

746

747

748**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Bom dia a  
749todos. Quando nós iniciamos a leitura e a discussão posterior nosso pré claro José  
750Cláudio fez uma proposição que sintetizava, bastaria a ementa para expressar o  
751desejo deste Conselho e levar a discussão, no entanto se nós percebemos que temos  
752aí um texto que deva pontuar, não por um protesto pela aprovação do código, mas  
753pela possibilidade de discussão pontual seria interessante que citássemos aqueles  
754artigos sem mesmo discorrer do que trata os artigos, porque o legislador já os  
755conhece de forma que nós citando o artigo mostrássemos a preocupação deste  
756Conselho na discussão que se seguirá e que é o fundamento da proposta. Portanto na  
757ementa, a proposição que propõe ao Senado Federal que promova um amplo debate  
758público sobre a proposta de Código Florestal aprovada na Câmara dos Deputados,  
759apenas a questão redacional propõe, promova e proposta nós colocarmos sobre o  
760projeto ele ainda é projeto e é 25 não é 24 a data, sobre o projeto de lei aprovado, o  
761aprovado permanece onde está sobre o projeto de lei. O Código Florestal aprovado na  
762Câmara dos Deputados em 25 está correto então Roberto? A madrugada do dia 24  
763para 25 ainda 24, aprovado lá perfeito.

764

765

766**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok, garantida à palavra do Dr. Gurgel.  
767Vamos avançar.

768

769

770**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – O Conselho  
771Nacional do Meio Ambiente CONAMA no uso das competências que lhe são

34

772conferidas pela lei 6938 de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99274  
773de 6 de junho de 1990 tendo em vista o disposto no art. 10, inciso 2 do seu Regimento  
774Interno anexo à portaria MMA 168 de 10 de junho de 2005, considerando a votação  
775na Câmara dos Deputados realizada no dia 25 de maio de 2011, que aprovou o  
776relatório do deputado Aldo Rebelo, não sei se seria interessante aprovar o relatório,  
777porque depois da negociação já despersionificava, acredito que isso já está citado em  
778cima vamos taxar isso aí e retiráramos esse considerando. Considerando o  
779expressivo interesse da Sociedade Brasileira nos diferentes segmentos revelados  
780durante meses de debate na Câmara dos Deputados; considerando, eu teria uma  
781observação a fazer na Câmara dos Deputados, porque já entrou no âmbito do  
782legislativo, nós não está confrontando também as casas talvez, Congresso Nacional,  
783foi na Câmara ele passará a ser no Congresso agora exato, vamos retirara esse  
784considerando suprimi-lo. Considerando a função republicana do Senado Federal na  
785representação equitativa das unidades federativas do Brasil e na promoção de  
786debates qualificados sobre matérias de relevante interesse nacional, considerando  
787que este Conselho ao mesmo tempo em que valoriza avanços na proposta de  
788mudança do código florestal aprovada na Câmara dos Deputados no dia 25 de maio,  
789agora enviada ao Senado vem por esta proposição solicitar à presidência dessa casa  
790que garanta o exame equilibrado. Vamos suprimir o exame equilibrado, a data,  
791propiciando para o debate e tira o exame equilibrado. Essa solicitação aqui ela já está  
792propondo e aí é uma consideração, nós estamos considerando, talvez possamos  
793utilizar. Agora enviado ao Senado venho por essa proposição estamos considerando  
794isso? É uma consideração agora enviada ao Senado. Poderia deixar até o Senado e  
795retiraria de Senado em diante. Bom vamos reler, considerando que este Conselho  
796valoriza os avanços na proposta de mudança do Código Florestal, aprovada na  
797Câmara dos Deputados no dia 24 de maio, agora enviada ao Senado, tira o agora o  
798enviado ao Senado, mas ele está logo adiante na redação código florestal com C e F  
799maiúsculos. Considerando valoriza avanços na proposta de mudança do Código  
800Florestal aprovada na Câmara dos Deputados agora enviado ao Senado. Mas essa  
801necessidade do debate nós falamos no considerando anterior, essa consideração foi...

802

803

804**A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – A idéia do considerando era  
805dizer o seguinte porque estamos solicitando um debate no Senado? Porque tem  
806avanços na proposta, mas tem outras coisas que também necessitam ser  
807aprimoradas, por isso que tinha o mesmo que, então podíamos fazer uma redação  
808mais ou menos nesse sentido, considerando que este Conselho ao mesmo tempo em  
809que valoriza os avanços na proposta de mudança do Código Florestal aprovado na  
810Câmara dos Deputados, identifica necessidade de maiores aprimoramentos, porque aí  
811você tem o balanço entre os avanços e a demanda por aprimoramentos. Então  
812colocaria como aprovada na Câmara, agora não precisa botar agora, enviada ao  
813Senado acho que é desnecessário porque isso é tramitação própria, também não  
814precisa repetir água data porque já falou no primeiro. Ao mesmo tempo em que  
815valoriza avanços, identifica ainda necessidade de aprimoramentos.

816

817

37

8180 **SR PAULO NOGUEIRA NETO (ABEMA)** – A palavra avanços significa que  
819estamos de acordo com tudo que a Câmara aprovou inclusive tirando do nosso  
820Conselho algumas atribuições. Então ao invés de avanços, coloca outra palavra.

821

822

8230 **SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Alguns  
824avanços.

825

826

8270 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A ideia é que ainda existem coisas por  
828melhorar.

829

830

831A **SRª NÃO IDENTIFICADA** – A argumentação que nos trouxe essa revisão da  
832discussão corrobora a idéia de que nós reconhecemos a necessidade de revisão, de  
833atualização do código e não imediatamente de avanços. Aí nós estaremos incorrendo  
834novamente na idéia de juiz de valor precipitadamente. Façamos uma análise criteriosa  
835reconheçamos que há necessidade de atualização em face de um código  
836estabelecido na data de 1965 e a necessidade de uma análise criteriosa para poder  
837contribuir com o Senado, com a reflexão do Senado Federal. Obrigada.

838

839

8400 **SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Poderíamos  
841propor um termo neutro, que poderia ser sem tirar aí alguns avanços e reconhecendo  
842a importância, se nós chegássemos aí, considerando que este Conselho que  
843reconhece a importância da revisão e tirar o avanço que acabava essa celeuma.  
844Então vejamos a importância da revisão e atualização aí tira o que valoriza alguns  
845avanços. Vejamos a redação desse parágrafo. Considerando que esse Conselho ao  
846mesmo tempo em que reconhece a importância da revisão e atualização do Código  
847Florestal aprovado na Câmara dos Deputados, identifica ainda a necessidade de  
848aprimoramentos. Considerando que a construção do interesse público pressupõe o  
849bom diálogo entre instituições da democracia representativa, como o legislativo e da  
850democracia participativa, como os Conselhos de políticas públicas. Esse considerando  
851não vai pesar tanto em relação ao que estamos colocando, pode ser suprimido? Para  
852finalmente chegar à proposição, propõe que o Senado Federal realize um processo de  
853debate público num clima sereno sobre a proposta do Código Florestal aprovada na  
854Câmara dos Deputados, acho que vamos findar tirando isso porque já está citado,  
855aprovado na Câmara dos Deputados sobre a proposta de Código Florestal para o qual  
856este Conselho se dispõe a colaborar, examinando e oferecendo subsídios técnicos e  
857científicos em relação aos dispositivos da proposta em tela, ouvindo as contribuições  
858dos diversos setores, bem como considerando os compromissos e responsabilidades  
859do Brasil no cenário mundial, em especial os artigos 3º, 8º, 10º, 12º, 13º, 14º, 33º, 35º,  
86040º e 58º. Vamos tirar esse clima sereno,

861

862

863 *(Fala fora do microfone).*

864

865

38

866 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok gente, nós temos só um pouquinho  
867 então ficou o realize, os considerandos? Bom, agora esse é o texto, esse é o texto  
868 que foi apresentado pelo doutor Gurgel, vou perguntar se tem mais alguma  
869 observação?

870

871

872 **SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Aí é apenas o  
873 fechamento da proposição.

874

875

876 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos tentar organizar um pouquinho a  
877 coisa, foi apresentada a proposta. Agora por favor, foi feita a apresentação da  
878 proposta eu vou abrir inscrições para estruturar um pouquinho mais o debate, senão  
879 vamos ficar nesse pingue-pongue e vai ficar muito complicado eu peço aí quem tiver  
880 observações agora em relação se inscrevam. João, depois Ronaldo, depois Rossana.  
881 Por favor, João, Ronaldo os Conselheiros e Conselheiras.

882

883

884 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Responsabilidade  
885 do Brasil no cenário mundial ponto.

886

887

888 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Gostaria que essa é a proposta então  
889 que está sendo apresentada pelo Conselheiro João, gostaria de saber se as próximas  
890 intervenções já comentem a esse aspecto e aí nós iremos tratar de encaminhar à  
891 análise pela plenária. Ronaldo, Patrícia e depois Rossana.

892

893

894 **SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (PONTO TERRA)** – Bom dia a todos e  
895 a todas da mesa. Eu quero dizer que eu falo em nome das entidades ambientalistas e  
896 da Sociedade Civil, e quero parabenizar quem teve a ideia e parabenizar esse  
897 plenário se assim for votada esta proposição ao Senado. Esta é uma maneira  
898 competente de se fazer política pública na nossa visão. Então nós, as ONGs  
899 ambientalistas e também a Sociedade Civil e também o Ministério Público dos  
900 Estados, queremos encaminhar favoravelmente a essa questão independente de  
901 algum filigran, de ponto e vírgula, vírgula ponto que tem ali e que e queríamos Volney  
902 parabenizar a vocês e a todos nós por essa iniciativa. Mas quero aproveitar também e  
903 sem querer justificar porque há um aforismo que diz o seguinte, quando você vai  
904 justificar muita coisa, não precisa porque aos amigos não tem necessidade e aos  
905 inimigos não adianta, mas eu espero a inteligência, a compreensão, a amizade desse  
906 plenário para dizer que nós ontem tomamos uma atitude coletiva volto a repetir, ONGs  
907 ambientalistas, Sociedade Civil. Ministério Público dos Estados de nos afastarmos da  
908 reunião, só que nós fomos ao Senado Federal usando o prestígio pessoal de alguns  
909 de nós ou do próprio movimento, e falamos diretamente com o senador Rodrigo  
910 Rollemberg que é o Presidente da Comissão da Temática Meio Ambiente no Senado  
911 que vai ser a última Comissão a dar o parecer. Recebeu-nos, conversamos muito  
912 tempo com ele, com a maior paciência que todas as questões do que era possível  
913 foram colocadas. Fomos recebidos também pelo senador Eduardo Braga da mesma

41

914 maneira que participa da Comissão de Constituição e Justiça, que é a primeira  
915 Comissão onde esse projeto de lei vai tramitar, nós colocamos nossas preocupações  
916 inclusive em relação ao possível relator que seja uma pessoa que não seja já  
917 carimbada ou contaminada pelas questões que eu não quero usar o termo aqui dos  
918 outros, em respeito a todas as pessoas que estão aqui, que não seja um senador  
919 contaminado por qualquer questão nesse sentido. Ouvindo os dois, palavra de  
920 senadores competentes de sérios porque conheço pessoalmente e conheço  
921 politicamente que essa questão eles nos garantem, e nos garantem mais também  
922 sem querer precisar tempo porque essa questão é complicada, quem foi da casa  
923 política sabe disso, que o processo vai tramitar de uma maneira regimental, formal  
924 naquela casa. Isso quer dizer o seguinte vai passar primeiro numa Comissão, não é  
925 um processo rápido na primeira Comissão, vai passar para a segunda Comissão, não  
926 é o processo rápido aquela segunda Comissão, e vai passar pela terceira Comissão,  
927 onde não é um processo rápido naquela terceira Comissão. E que vão ter uma  
928 interlocução constante lógico com os movimentos ambientalistas, Sociedade Civil,  
929 Ministério Público estadual e também a partir dessa proposição aprovada com o  
930 Senado. O que eu quero justificar por fim se é possível justificar, é que nós não  
931 saímos daqui para vagabundear nem para assistir cinema aqui em Brasília. Espero a  
932 compreensão, a inteligência e na verdade que os senhores entendam que nós  
933 precisávamos fazer aquilo ontem fizemos para trabalhar e trabalhamos até as 5 horas  
934 da tarde. Depois, o grupo dispersou. Obrigado, boa tarde. Bom dia.

935

936

937 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós temos então até agora só esse  
938 destaque, que espero que se construa esse consenso é fundamental para nós que  
939 saia daqui uma proposta com consenso, seria fundamental que nós tentássemos  
940 construir esse aspecto, só antes da Rossana eu queria relacionar com relação a esse  
941 aspecto do destaque aqui que foi apresentado pelo Conselheiro João. Queria  
942 Rossana viesse para cá. Dr. Gurgel.

943

944

945 **O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Nesse sentido  
946 respeitando o ponto de vista do doutor Roberto, nós percebemos que de outra forma  
947 genérica isso poderia ser entendido como um protesto enviado ao Senado no conjunto  
948 do projeto do código, e não especificamente como nós evoluímos de uma proposta  
949 inicial, nós estamos aqui criando moção de protesto, isso é uma moção de proposição  
950 que estamos levando pontuando a necessidade mesmo que não constem os arquivos  
951 aprovados, porque no ordenamento legislativo isso pode até mudar a numeração, mas  
952 que foquem em especial aqueles que constarem na discussão inicial que nós tivemos  
953 quando passamos a mudar esta proposição aqui que resultou nesta proposta que está  
954 em tela. Antes dela nós tínhamos inclusive em cada um dos artigos que foram  
955 enxugados ali somente nesse parágrafo, situado cada um dos artigos e nesse  
956 momento retirando os artigos ela pode perder um pouco da especificidade do que está  
957 sendo necessário discutir, como se nós estivéssemos protestando e tacando o total do  
958 código para podermos colocar, é uma reflexão que devemos ter para manutenção ou  
959 não da pontualidade, mesmo que não seja numericamente citado.

960

961

42

43

962 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Conselheira Rossana. Depois Patrícia.

963

964

965 **A SRª. ROSSANA CRISTINA HONORATO DE OLIVEIRA (Estado da Paraíba)** – A

966 contribuição é muito simples nós temos um instrumento bastante usado nas

967 audiências públicas, no processo de licenciamento e nada mais adequado do que

968 corroborar um termo que já é vigoroso para nós e aí endossando um argumento que a

969 Ministra trouxe para nós que é garantir o protagonismo do CONAMA frente ao

970 processo de discussão. Então invés de um processo de debate público, realize

971 audiência pública plenamente acessível à Sociedade Brasileira. Esse é um adendo

972 apenas, mas a substituição é processo de debate público por audiência pública.

973 Obrigada.

974

975

976 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Tem essa sugestão, tem uma sugestão

977 de proposição que se coloque audiência pública, acho que até debate público fica

978 melhor é mais amplo, mas vamos só registrar. Depois de todas as sugestões nós

979 vamos acordar um aqui um método de como tentar ter um consenso dentro desse

980 processo. Patrícia.

981

982

983 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – É só tirar os técnicos

984 científicos, esse CONAMA não é acadêmico ele dá respostas técnica científica, mas

985 não é só respostas técnicas e científicas.

986

987

988 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho que isso todos tem acordo, então

989 vamos a retirada dos subsídios em relação aos dispositivos da proposta, subsídios

990 fica. Próximo é Roberto Lorena, eu só estou colhendo aqui de uma forma mais

991 temática as contribuições, eu quero depois tentar fechar um consenso. Eu não

992 gostaria de colocar em vamos dizer assim proposta contraproposta nesse momento.

993 Paulo Brack, João de Deus, gente vou pedir para tentarmos realmente entrar nas

994 questões que são relevantes. Brack, João de Deus.

995

996

997 **O SR. PAULO BRACK (INGARS)** – Parece-me que seria importante ser colocado

998 que a condução do processo seja levado com equilíbrio e isenção, porque nós vimos

999 que eu acho que isso não precisa constar as minhas considerações aqui, no caso da

1000 Câmara foi levado com passionalidade todo mundo reconhece e com parcialidade,

1001 então que a condução do processo no Senado seja feita encaminhada com isenção e

1002 equilíbrio para que não caía, digamos assim, eu não sei, essa é a minha proposta,

1003 porque a relatoria precisa ela refletir principalmente alguém que tenha esse equilíbrio

1004 necessário, que não tenha a passionalidade a parcialidade que teve na Câmara. Não

1005 sei se é possível.

1006

1007

1008**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós estamos tentando aqui chegar a um  
1009consenso, então eu pediria que nós tentássemos manter uma linha mais ou menos  
1010média aí próxima ao que já está escrito aqui. Quem é que pediu a palavra?

1011

1012

1013**O SR. PAULO CÉSAR GARCIA BRANDÃO (MD)** – Eu gostaria de propor a retirada  
1014do ouvindo as contribuições, esses considerandos bem como considerando os  
1015compromissos e responsabilidades do Brasil no cenário mundial, porque aí como  
1016proposição não cabe, porque eu estou dizendo ao Senado que o que foi feito na  
1017Câmara não considerou isso. E após os setores, discriminar quais são os setores para  
1018que o Senado saiba que o que o CONAMA vai propor é baseado nos 5 setores que  
1019compõem esse Conselho.

1020

1021

1022**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu só queria, nós temos que tentar  
1023afunilar nós estamos abrindo demais e estamos até chegando a um certo paradoxo  
1024aqui que vamos chegar ao final e não termos nenhuma proposta. Tinha a inscrição lá  
1025da saúde, depois doutor Soares e depois José Cláudio.

1026

1027

1028**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo CONAMA)** – Quero só  
1029discordar da retirada do debate técnico, afinal de contas o CONAMA é constituída por  
1030todas as instituições que têm nos seus quadros equipe técnica. Então para ser um  
1031debate político, já existe o Congresso Nacional não precisaria de nossa contribuição.  
1032Nós não podemos extinguir jamais o debate técnico porque o CONAMA, todas as  
1033instituições têm nos seus quadros componentes técnicos. Não tire a palavra técnica  
1034porque política nós não precisaríamos ir lá porque já tem gente demais para debate  
1035político, está certo?

1036

1037

1038**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM)** – Eu penso que deixar  
1039subsídios sem qualificar é melhor, porque subsídios são técnicos, científicos eu acho  
1040que são até subsídios vivenciais, ambientais. Então acho que se nós qualificamos nós  
1041restringimos eu acho que fica melhor. Mas eu queria mais comentar o que o Paulo  
1042César da defesa, eu também achei aquele bem como, fica parecendo que a Câmara  
1043ainda que possa ser que ela não tenha considerado, mas acho que ainda não está no  
1044momento de reforçar esse erro. Talvez em relação aos dispositivos da proposta,  
1045ouvindo as contribuições dos vossos setores considerando os compromissos e  
1046responsabilidades. Quer dizer não vou por bem como pra reforçar, mas para dizer as  
1047contribuições vão considerar os compromissos e responsabilidades. Acho que tirando  
1048o bem como nós aliviamos não fica essa impressão. E com relação aos artigos, eu  
1049também tenho dúvidas se nós devemos explicitá-los, porque fica se nós explicitamos  
1050não tenho posição formada não, mas para refletirmos, se nós explicitamos fica  
1051parecendo o seguinte, o foco é ali, então eu não sei se será que não tem alguma  
1052outra coisa que eu possa considerar importante em outros artigos? Não sei se pode  
1053parecer ser muito sensível, acho que nós estamos num momento de ter cuidado com  
1054as palavras para não já não criar um clima sereno, como colocaram lá da nossa parte.  
1055Talvez fosse melhor não colocar em especial os artigos tirar o bem como e...

47

1056

1057

1058 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou tentar depois aqui como mesa  
1059 tentar passar uma proposta de tentando conciliando o máximo possível, vou pedir que  
1060 me dêem essa possibilidade de fazer essa proposta.

1061

1062

1063 **SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** – A alternativo à citação  
1064 dos artigos, em especial os artigos referentes à preservação ambiental, ou referentes  
1065 a Área de Preservação Permanente e reserva legal.

1066

1067

1068 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou depois, tenho mais duas  
1069 inscrições que eu identifiquei aqui. João de Deus e João lá da CNA, Firmino?

1070

1071

1072 **SR. LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA (Rio de Janeiro)** – Para contribuir aqui eu  
1073 confesso que a questão de audiência pública me incomoda, pedi uma pública o  
1074 Senado faz uma audiência lá, nos convida, convida formalmente o CONAMA e pronto,  
1075 atendeu a nossa proposta houve uma audiência pública e nós nem pudemos falar  
1076 nada. O que eu estou entendendo é que nós queremos um canal de preferência com  
1077 quem for o relator lá, então eu tenho até dúvida acho que o debate público é um tema,  
1078 mas nós não deveríamos induzir um pouquinho mais, porque nós queremos um canal  
1079 de conversa direta como nós não sabemos inda como é que vai ser, quem vai ser o  
1080 relator acho que se não der para melhorar fica assim mesmo. A questão dos artigos  
1081 eu pergunto se alguém tem dúvida em algum artigo que não seja os que não estão aí,  
1082 porque se não tem, não colocar eu não vejo sentido em não colocar, parece que nós  
1083 queremos rediscutir o código inteiro. Acho até que não é o esse o ponto principal, mas  
1084 nós sabemos exatamente é sobre isso que vem se debatendo o tempo todo. Então  
1085 porque não colocaria os artigos não entendo são esses os artigos polêmicos,  
1086 controversos e que queremos aprofundar para melhorar nos termos do que a Ministra  
1087 falou, não é dizer que está contra, mas é aprofundar a discussão para que eles fiquem  
1088 os mais aperfeiçoados possíveis. É isso.

1089

1090

1091 **SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (PONTO TERRA)** – Uma pergunta  
1092 parlamentar, você já tem a redação final de como o projeto vai sair da Câmara dos  
1093 Deputados? A redação final? Quem te garante que os artigos vão receber essa  
1094 mesma numeração?

1095

1096

1097 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Aí o João de Deus. Ministério do Meio  
1098 Ambiente.

1099

1100

1101 **SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Eu gostaria de fazer aqui duas  
1102 ponderações. A primeira em relação à proposta de especificar audiência pública. Na  
1103 nossa avaliação me parece inadequado porque audiência pública é apenas uma das

1104 formas que o Senado teria de promover esse debate. A idéia é que nós possamos  
1105 influenciar para que o Senado faça o debate mais amplo possível, então especificar  
1106 audiência pública me parece inclusive contraditório com o que se propõe aqui. Com  
1107 relação à citação dos artigos, nós entendemos também que é inadequado trazer já a  
1108 citação dos artigos, além do argumento já apresentado pelo doutor Ronaldo, eu  
1109 acrescentaria outro problema que é o fato de nós, primeiro já estarmos especificando  
1110 ao citar esses artigos determinados pontos do código, quando a essência da proposta  
1111 é ampliar esse debate, inclusive na perspectiva de identificar outros pontos,  
1112 eventualmente polêmicos ou positivos enfim. Então a citação dos artigos nesse  
1113 sentido ela já dá uma amarração que pode ser inclusive contraditória com a proposta  
1114 em si, e, além disso, como nós já vivenciamos no próprio debate prévio na Câmara,  
1115 muitas vezes um artigo ele traz um dispositivo que se mostra polêmico em função da  
1116 conjugação com o que está num parágrafo de outro arquivo aqui não mencionado,  
1117 então fazer essa citação reduz e limita esse tipo de análise e se o que nós estamos  
1118 aqui solicitando ao Senado é que faça um debate amplo da proposta, me parece  
1119 realmente não adequado fazer citação, mesmo de forma genérica de algum outro  
1120 artigo.

1121

1122

1123 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou tentar fazer aqui uma redação  
1124 do que eu entendi que seria assim o caminho do bom senso, até para tirar também  
1125 algumas technicalidades novas dentro desse processo. Pelo que eu vi estou tentando  
1126 montar essa proposta, o texto ficaria com essa redação, que o Senado Federal realize  
1127 um processo de debate público, até porque essa discussão do debate público ele vai  
1128 além da audiência pública, sobre a proposta do Código Florestal, para o qual este  
1129 Conselho se dispõe a colaborar examinando e oferecendo subsídios em relação aos  
1130 dispositivos da proposta ouve até porque os subsídios também abrem essa visão de  
1131 subsídios no sentido mais amplos não são os subsídios técnicos, em relação aos  
1132 dispositivos das propostas ouvindo as contribuições dos diversos setores  
1133 considerando os compromissos e responsabilidades do Brasil no cenário mundial. A  
1134 idéia seria ficar com esse texto, um texto mais enxuto que nos dê possibilidade de  
1135 fazer uma defesa mais consistente com as informações que temos no momento, esse  
1136 processo é um processo muito recente e eu não gostaria realmente de tomar algumas  
1137 decisões aqui até mesmo sem ter total consciência, eu assisti todo o debate até o final  
1138 no canal Câmara, mas nós não temos todos os elementos aqui que fazem parte  
1139 daquele procedimento legislativo que o deputado Ronaldo aqui até nos chamou  
1140 atenção de algumas technicalidades. Então a idéia seria ficar com o texto nessa forma,  
1141 uma forma enxuta simples e que acho que de uma forma geral contempla a  
1142 preocupação de fundo, de mérito que nos traz aqui hoje. Eu faria a proposta. Eu tenho  
1143 dois pedidos de inscrição, Raquel da educação e Marcos do Ministério do  
1144 Desenvolvimento social são esses 2, aí depois eu gostaria de colocar esse texto,  
1145 gostaria que vamos tentar convergir afora, porque me parece que não temos muito  
1146 espaço para novas idéias. Por favor, Raquel. Depois tem o esclarecimento do Éder,  
1147 tem mais alguma mão levantada?

1148

1149

1150 **A SRª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu tenho essa questão que me incomoda muito  
1151 que é esse considerando, considerando o bem como estava me incomodando muito,

1152mas o considerando também porque está nos considerandos e eu colocaria assim, de  
1153acordo com compromissos e responsabilidades do Brasil e me incomoda esse no  
1154cenário mundial, não é por conta do cenário mundial, mas é por conta da segurança  
1155das comunidades, da segurança da biodiversidade, enfim da segurança planetária,  
1156enfim não é no cenário mundial.

1157

1158

1159**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós entendemos que é uma  
1160contribuição, mas eu estou tentando um acordo, me parece que o cenário mundial ele  
1161coloca o cenário nacional também, o nacional e mundial e as questões em relação ao  
1162considerando é uma technicalidade eu acho que acho que não afeta a nossa idéia do  
1163texto.

1164

1165

1166**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É muito rápido, é porque considerando os  
1167compromissos e responsabilidades do Brasil no cenário mundial, reduz tudo isso a  
1168esse compromisso, considerando inclusive os compromissos, daí mata essa questão,  
1169uma sugestão.

1170

1171

1172**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Concorda? Então inclusive no cenário  
1173mundial. Aqui na primeira na de cima que na debaixo tem a questão da audiência  
1174pública, mas já tirou a proposta da mesa então ok, inclusive com compromissos e  
1175responsabilidades do Brasil inclusive no cenário mundial é isso? Considerando  
1176inclusive os compromissos e responsabilidades do Brasil no cenário mundial é isso?  
1177Raquel? Ok? Tem um esclarecimento só do Helder aqui Conselheiro Helder do  
1178Ministério de Minas e Energias. Esclarecimento.

1179

1180

1181**O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Só uma dúvida que ficou quando falam  
1182inclusive os compromissos associados do Brasil no cenário mundial, a dúvida que eu  
1183tenho isso engloba tanto as convenções mundiais que tratam desse assunto, mas  
1184também com responsabilidade do abastecimento de alimentação do mundo na  
1185segurança mundial, engloba tudo? Então acho que ficaria bem claro porque não é só  
1186uma tendência de um setor, mas toda a responsabilidade do Brasil tem inclusive na  
1187produção alimentar?

1188

1189

1190**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O Brasil é um país que tem importâncias  
1191em seus aspectos de alimentos, de combustível, várias temáticas.

1192

1193

1194**O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Por isso, são todos os compromissos que  
1195o Brasil tem inclusive na produção alimentar?

1196

1197

1198**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Exato isso inclusive é o que nós  
1199entendemos aqui que está nesse texto. Meus caros, nós tentamos fizemos o esforço

1200 enorme aqui de tentar chegar a uma redação aí que revele um consenso nesse  
1201 Conselho. Eu gostaria de saber se nós podemos então colocar em votação essa  
1202 proposta. Dr. José Cláudio? É a proposta da mesa, já pode até tirar o vermelho ali já  
1203 deleta o vermelho. Proposta da mesa. Enquanto faz essa correção aqui conselheira,  
1204 por favor.

1205

1206

1207 **A SR<sup>a</sup>. JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Estado de Goiás)** – Vou voltar na questão  
1208 de considerando porque eu acho que o texto ele está contemplando as considerações  
1209 do início, que essas considerações, esse considerando fica no início do texto, como já  
1210 foi colocado algumas considerações. Então considerar que as responsabilidades e os  
1211 compromissos do país no cenário mundial, nós também deveríamos considerar as  
1212 outras questões em relação a preservação ambiental, em relação à questão ambiental  
1213 brasileira que pode ser acho que um texto até mais firme no início dessa proposta. Ali  
1214 já estamos propondo. Então, eu concordo com a companheira que fala em relação às  
1215 considerações. Aí nós já estamos propondo então eu concordo com a companheira  
1216 que fala em relação as considerações aí não é consideração mais são propostas.  
1217 Então leva essa consideração e nós podemos inclusive pensar um texto, reforçar as  
1218 nossas considerações enquanto CONAMA nesse início de texto aí.

1219

1220

1221 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Gente, não é uma questão de mérito. Eu  
1222 acho que a mensagem está mantida. Eu peço a compreensão da Conselheira no  
1223 sentido de tentar esse acordo, porque já existe um entendimento que está muito  
1224 próximo a essa proposta, e além de tudo nós estamos tendo problema aqui que  
1225 entrou em pane o nosso computador pelo o que eu vi, mas está muito próximo vamos  
1226 tentar manter o texto acho que não tem nenhum vício maior e o texto proposto seria  
1227 esse, que o Senado Federal realize um processo, estou fazendo esse apelo que o  
1228 Senado Federal realize um processo de debate público sobre a proposta do Código  
1229 Florestal, para o qual esse Conselho se dispõe a colaborar examinando e oferecendo  
1230 subsídios em relação aos dispositivos da proposta, ouvindo as contribuições de  
1231 versos setores, considerando inclusive os compromissos e as responsabilidades do  
1232 Brasil no cenário mundial. OK (*Palmas!*) não tenho nenhuma solicitação de inscrição  
1233 eu vou proceder à votação. Aqueles que são favoráveis ao texto da proposição como  
1234 está na proposta da mesa, eu peço que levantem seus crachás. Obrigado. Aqueles  
1235 que são contrários? Abstenções? Declaração de voto. Texto está aprovado.

1236

1237

1238 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – A única explicação  
1239 do pedido de abstenção e de explicar o porquê do voto é que mais ou menos o que  
1240 nós estamos pedindo aqui, é exatamente o que já existe no Regimento interno do  
1241 Senado. Nós estamos colocando, solicitando algo que eles já deveriam fazer em  
1242 relação a seguir seu Regimento interno. Então por isso que a CNA não é contra o  
1243 texto, se absteve e fez essa declaração só expondo esse motivo. Muito obrigado.

1244

1245

1246 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom meus caros, eu queria realmente  
1247 agradecer a todos a compreensão, a dedicação no dia de hoje, nós conseguimos

1248 aprovar eu acho que é um texto é um gesto de extrema relevância do nosso Conselho  
1249 Nacional de Meio Ambiente que se posiciona e que conseguiu construir uma  
1250 proposição de consenso e que nós levaremos agora a encaminharemos ao Senado, e  
1251 que nos coloca claramente como um ator dentro desse processo de discussão do  
1252 Código Florestal agora dentro do Senado. Eu queria então agradecer a todos a  
1253 presença. Antes de encerrar a reunião tem um pedido de uso da tribuna.

1254

1255

1256 **SR<sup>a</sup>. ALESSANDRA DA COSTA LUNAS (CONTAG)** – É só uma questão está  
1257 incomodando ali, conseguimos aprovar o texto estamos nos colocando à disposição  
1258 do Senado, acho importantíssima essa necessidade porque nós víamos às vezes  
1259 algum momento na Câmara ficou muito forte a necessidade de maior subsidio na mão  
1260 de muitos parlamentares. E estou me perguntando, se nós recebemos então um  
1261 convite do CONAMA, diríamos semana que vem para conversar então sobre esses  
1262 subsídios que nós estamos dizendo que vamos oferecer ali. Então a minha pergunta  
1263 é, qual vai ser o nosso procedimento inclusive para conversar sobre isso, como é que  
1264 nós vamos preparar a qualificação desses nossos subsídios que vamos colocar para o  
1265 Senado? Eu sei que muita coisa nós já conversamos agora nós temos aqui opiniões  
1266 diversas. Então acho que nós precisamos aqui também aprovar qual é o mecanismo,  
1267 não é esperar a próxima reunião do CONAMA, como é que nós vamos fazer isso,  
1268 essa é a minha dúvida e queria aqui questionar nós precisamos cuidar disso.

1269

1270

1271 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, acho que nós temos, tivemos  
1272 claramente uma posição da ministra que trouxe a preocupação do Ministério e  
1273 empenho do Ministério em coordenar todo esse processo no âmbito do setor  
1274 ambiental, e a dinâmica que nós vamos ter agora pela frente vai o Ministério já tem  
1275 feito toda uma liderança em relação aos diferentes setores, a própria ministra falou  
1276 das diferentes reuniões e vamos dizer assim discussões que teve durante todo esse  
1277 processo, e o Ministério tem procurado viabilizar que ele é o órgão executivo desse  
1278 processo, ele tem procurado viabilizar e essa interlocução e chamando os setores. O  
1279 operador dessa agenda é o Ministério do Meio Ambiente, não é necessariamente o  
1280 Conselho, o Conselho sobre a sua plenária nós temos aqui setores representados, o  
1281 encaminhamento possível que nós temos hoje é o Ministério que já está chamando e  
1282 está envolvendo esses setores nessa discussão. Então eu acho que nós tiramos uma  
1283 posição política e nós trataremos, nós continuaremos dentro desse processo com a  
1284 liderança do Ministério auxiliando e facilitando esse processo de participação dos  
1285 diversos setores dentro dessa discussão do Código Florestal agora no Senado. Seria  
1286 esse o encaminhamento, o mecanismo que estamos desenvolvendo agora. Então  
1287 dentro dessa forma nós os setores do CONAMA já estão dentro do processo e o  
1288 Ministério do Meio Ambiente está liderando e mantendo informado e trazendo a esses  
1289 setores as questões que chegam a ele. Então eu gostaria de só informar que o  
1290 informe da Ana fica para a próxima reunião e desejar a todos bom retorno as suas  
1291 casas. Obrigado. (*Palmas!*)